

**PARECER TÉCNICO N.º 046/2024**

Número do Processo	Fase do processo
10709/2024	Declaração de Atividade não Constante

**Legislação e referências consultadas**

- Lei Complementar Federal n.º 140/2011 – Da competência do Licenciamento Ambiental.
- Lei Complementar Municipal n.º 131/2022 – Zoneamento Ecológico-Econômico Municipal.
- Lei Federal n.º 12.651/2012 e alterações – Institui o Código Florestal;
- Lei Estadual n.º 14.675/2009 e alterações – Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências;
- Lei Complementar Municipal n.º 048/2016 – Plano Diretor Municipal.
- Lei Complementar Municipal n.º 050/2016 e suas alterações – Código de Posturas.
- Lei Complementar Municipal n.º 049/2016 e suas alterações – Código de Obras
- Lei Municipal n.º 676/2016 e suas alterações – Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano do município.
- Resolução CONAMA n.º 001/1990 – Emissão de Ruído.
- Resolução CONSEMA n.º 099/2017 e suas alterações – Aprova a listagem das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.
- ABNT NBR 10151:2019 e suas alterações – Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas.

**Objetivo do parecer**

Análise do requerimento de Declaração de Atividade não Constante referente à implantação de pavimentação, sinalização e microdrenagem de trecho da Rua(2820) Izabel Cabral Borges, Bairro Figueira do Pontal, em Itapoá – SC.

**Dados do empreendedor/correspondência**

<b>Nome:</b> Prefeitura Municipal de Itapoá – Secretaria de Planejamento Urbano (SEPLAN)		
<b>CPF/CNPJ:</b> 81.140.303/0001-01		
<b>Endereço:</b> Travessa Dailton José Grassi, n.º 52 – Itapema do Norte		
<b>CEP:</b> 89360-612	<b>Município:</b> Itapoá	<b>Estado:</b> SC

**Representante Legal ou Procurador**

<b>Nome:</b> Décio Furtado De Souza Junior	<b>Matrícula:</b> 1258214	<b>CPF:</b> 021881139-00
--	---------------------------	--------------------------

**Dados do empreendimento/atividade**

<b>Nome:</b> Implantação de pavimentação, microdrenagem e sinalização de Trecho da Rua(2820) Izabel Cabral Borges, Bairro Figueira do Pontal, em Itapoá – SC.		
<b>Endereço:</b> Trecho da Rua(2820) Izabel Cabral Borges, compreendido entre a Rua(2851) Avaré e Av. Beira Mar V.		<b>Bairro:</b> Figueira do Pontal
<b>CEP:</b> 89364-650	<b>Município:</b> Itapoá	<b>Estado:</b> SC
<b>Coordenadas Planas UTM – Ponto 01 X:</b> 739970.82 m <b>E Y:</b> 7102157.71 m S. <b>Ponto 02 X:</b> 739833.26 m <b>E Y:</b> 7102276.06 m S.		

**Código e Atividade**

Atividade não constante: implantação de pavimentação, microdrenagem e sinalização de via urbana consolidada.

**Processos vinculados**

Não há.

**Licenças vinculadas**

Não há

**Histórico de Licenças**

Não há.

**Unidade de Conservação**

Não está inserido em unidade de conservação.

### **Zona / Área**

Zona de Expansão Portuária (ZEP)

### **Responsável Técnico**

Décio Furtado de Souza Junior – Arquiteto e Urbanista CAU A192350-1 – Preenchimento da declaração de responsabilidade, FCEI e requerimento de DANC.

Oéliton Antunes Coelho – Engenheiro Civil CREA/SC 115283-2 - Projetos de terraplanagem, drenagem, pavimentação, geométrico; Levantamento planialtimétrico.

### **Caracterização do empreendimento**

Trata-se da implementação de pavimentação, sinalização e microdrenagem de trecho da Rua(2820) Izabel Cabral Borges, Bairro Figueira do Pontal, com extensão linear total de 196,26 m.

### **Análise Técnica**

A atividade objeto do presente parecer refere-se à realização de obras de pavimentação, sinalização e microdrenagem de trecho da Rua(2820) Izabel Cabral Borges, compreendido entre a Rua(2851) Avaré e Av. Beira Mar V, com extensão linear total de 196,26 m, na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Água Branca.

Segundo o requerente, o local de intervenção não possui cursos d'água.

Segundo FCEI e Declaração de Responsabilidade apresentados, nenhuma vegetação será suprimida para execução das obras.

A atividade “de pavimentação, sinalização e implementação de microdrenagem de via urbana consolidada” não consta na listagem de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental aprovada pelas Resoluções CONSEMA n.º 098/17 e 099/17 e suas alterações, portanto, não está sujeita ao licenciamento ambiental ou cadastramento na forma da Resolução CONSEMA n.º 098/2017, cabendo somente a emissão da Declaração de Atividade não Constante.

### **Condições de validade**

1. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes das atividades desenvolvidas na obra deverão estar em conformidade com os parâmetros preconizados na Resolução CONAMA n.º 001/1990, a qual considera prejudiciais à saúde e ao sossego público os ruídos com níveis superiores aos limites estabelecidos pela Norma NBR 10151:2019 e suas alterações. As vibrações geradas pelas atividades do empreendimento deverão ser controladas de modo a evitar incômodos ao bem-estar público;
2. As águas pluviais incidentes sobre áreas cobertas e impermeabilizadas deverão ser direcionadas para o sistema de drenagem;
3. **Os resíduos sólidos decorrentes da atividade deverão ser corretamente armazenados e encaminhados a terceiros para reutilização e/ou destinação final adequada, em empreendimentos devidamente licenciados pelos órgãos competentes, devendo ser entregues nesta secretaria os respectivos MTR e CDF**

**gerados, emitidos através do sistema MTR do IMA-SC<sup>1</sup>;**

- 4.** Fica proibida a queima de resíduos sólidos ao ar livre, conforme legislação vigente, bem como o depósito de materiais e entulhos em locais inapropriados;
- 5.** O empreendedor deverá respeitar, preservar e contribuir para a manutenção do equilíbrio ambiental de todos os componentes do ecossistema aonde a atividade será realizada;
- 6.** Não haverá corte de vegetação sem devida Autorização de Corte;

#### **Controles ambientais**

- 1. Alteração dos Níveis de Ruídos:** ruídos gerados pelo empreendimento. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes das atividades desenvolvidas na obra deverão estar em conformidade com os parâmetros preconizados na Resolução CONAMA n.º 001/1990, a qual considera prejudiciais à saúde e ao sossego público os ruídos com níveis superiores aos limites estabelecidos pela Norma NBR 10151:2019 e suas alterações. As vibrações geradas pelas obras deverão ser controladas de modo a evitar incômodos ao bem-estar público. Realização de manutenção preventiva e periódica de equipamentos e maquinários. Respeito aos limites de velocidade.
- 2. Tráfego de Veículos:** movimentação de veículos e pessoas na região durante a realização da obra. Medidas de Controle: implantação de sinalização adequada para os transeuntes e motoristas. Respeito aos limites de velocidade.
- 3. Geração de Resíduos Sólidos:** a disposição final inadequada de resíduos sólidos pode acarretar a alteração da qualidade do solo e da água, além de propiciar a proliferação de vetores. Medidas de Controle: segregar por classes, coletar, acondicionar, armazenar, transportar adequadamente e viabilizar destinação/disposição final de acordo com as normas vigentes (atendimento à ABNT NBR 10004:2004, à Lei Estadual n.º 14.675/2009 (Código Estadual do Meio Ambiente) e suas alterações e à Portaria n.º 21/2019/IMA-SC.
- 4. Contaminação por Fontes Difusas:** eventuais vazamentos de óleos, graxa dos veículos e máquinas. Medidas de Controle: Verificar visualmente possíveis fontes de vazamento; realizar a manutenção apropriada dos veículos. No caso de eventuais vazamentos durante a execução das obras, interromper as atividades, isolar a área, utilizar material absorvente (ex: pó de serra e turfa), promover o recolhimento dos resíduos gerados e dar a destinação final correta;
- 5. Comprometimento da Qualidade da Água, do Solo e do ar:** a utilização de maquinário pode acarretar emissão de fluidos, carreamento de sedimentos e emissões de poluentes atmosféricos acima dos níveis permitidos. Medidas de Controle: fica vedado qualquer tipo de lavagem de peças e equipamentos em corpos d'água e em áreas adjacentes. Promover a limpeza das vias públicas. Inspeção dos veículos e equipamentos averiguando a necessidade de manutenção. Atendimento às Resoluções CONAMA n.º 418/2009 e 491/2018.
- 6. Supressão de Vegetação:** fica vedado qualquer tipo de supressão de vegetação.

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://mtr.ima.sc.gov.br/ControllerServlet?acao=montaComboUsuario>>

### Documentos que fundamentam o parecer

Requerimento de DAnC, FCEI e Declaração de Responsabilidade preenchidas e assinadas pelo Arquiteto e Urbanista da Secretaria de Planejamento Urbano de Itapoá (SEPLAN) Décio Furtado De Souza Junior – CAU/BR 059813-1, Projetos geométrico, de drenagem, terraplanagem, pavimentação, sinalização e levantamento planialtimétrico.

### Conclusão

Ante ao exposto, este parecer é favorável à concessão de uma Declaração de Atividade não Constante, com validade de um ano, para pavimentação, sinalização e drenagem de Trecho da Rua(2820) Izabel Cabral Borges, conforme requerido.

### Local e data

Itapoá, 19 de Março de 2024.

### Equipe técnica

LEONARDO PIZZAIA PRETTI  
Engenheiro Ambiental  
CREA SC 191394-1  
Matrícula n.º 12024856

### O(A) requerente fica ciente de que:

- **ESTE PARECER NÃO AUTORIZA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO;**
- Este parecer foi elaborado com base na legislação ambiental vigente, considerando as atribuições e níveis de competência dos diferentes entes federados que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
- Este parecer não substitui alvarás, certidões ou licenças de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, no que diz respeito ao uso e ocupação do solo;
- Deverão ser respeitadas todas as legislações ambientais vigentes, mesmo que não citadas no presente parecer;
- Este parecer tem validade de um ano a partir de sua emissão, desde que as características do empreendimento não se alterem ou entrem em vigor outras legislações ambientais.